

RECURSO

(do Sr. Deputado **Carlos Abicalil**)

Contra decisão do Sr.
Presidente sobre o
arquivamento do PL
2738/2003.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado, com no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recorre ao Plenário contra a decisão proferida por V. Ex^a sobre o arquivamento do PL 2738/2003 que “Regulamenta a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN para os profissionais da educação escolar, nos termos do art. 206 da Constituição Federal.

A Lei Nº 11.738/2008 regulamenta apenas o novo art. 60 ADCT, modificado pela Emenda Constitucional 53/2006. A base Constitucional do PL 2738/2003, é imperativo Constitucional derivado do Art. 206, Inciso VIII como norma permanente e extensiva a profissionais da Educação Escolar Básica Pública, não se restringindo aos profissionais do magistério, segundo o novo texto da mesma Emenda Constitucional 53/2006.

Trata-se, portanto, de matéria e ordenamento constitucional distintos, não podendo ser considerada a prejudicialidade pretendida pelo referido Ato da Mesa.

Sala da Sessões, 8 de setembro de 2008.

Deputado **CARLOS ABICALIL** - PT/MT



5FB0352B06